

Berlindes Astrid Küchemann

## Estratégias de Sobrevivência de Mulheres no Setor Informal Urbano

### 1. Introdução

Para a grande parte das mulheres brasileiras a economia informal urbana representa a principal fonte de sustento de suas famílias. Contudo, apenas um número extremamente reduzido de mulheres consegue nela um emprego seguro com rendimentos capazes de sustentar a si próprias e às suas famílias. A maioria trabalha para sobreviver, ou seja, na chamada economia de sobrevivência.

A temática aqui proposta diz respeito às mais diversas estratégias que essas mulheres urbanas criam e recriam, diariamente, para gerenciar a sobrevivência. Para compreender algumas delas, tratarei inicialmente de situar o trabalho feminino dentro da economia brasileira. Em seguida, tecerei algumas considerações sobre o tipo e as condições de trabalho bem como sobre as características estruturais de sua economia. Conhecidas as estratégias de sobrevivência dessas mulheres, farei uma breve análise dos projetos de geração de renda, um dos principais instrumentos da política de desenvolvimento voltados ao objetivo de transformar mulheres dos setores de baixa renda em pequenas empresárias. Finalmente reportar-me-ei brevemente à crítica das cientistas feministas ao paradigma hegemônico dos ajustes estruturais e da globalização e às alternativas propostas pelas mesmas em relação à contribuição do trabalho feminino para a economia como um todo e para a sua devida inserção no mercado de trabalho.

Duas são as questões teórico-metodológicas básicas envolvidas. A primeira delas é a falta de uma definição do que venha a ser setor informal e a segunda a falta de uma abordagem de gênero para o levantamento de dados estatísticos confiáveis. O que na verdade vem a ser economia informal é assunto deveras complexo e controvertido. O conceito remete a relações de trabalho localizadas fora das relações formais do trabalho assalariado, mas grande é a discrepância, entre os estudiosos,

quando se trata de demarcar suas fronteiras em relação ao trabalho formal.

Para o estudo aqui proposto, considerarei a economia informal como o setor no qual trabalhadores e trabalhadoras buscam alcançar, através da combinação de várias formas de trabalho, as garantias e a estabilidade obtida pelos trabalhadores assalariados. Do ponto de vista econômico trata-se da parcela pobre, subcapitalizada, da economia, da parcela parcialmente ou não contemplada pelo Estado enquanto agente regulador, portanto, não considerada pelos cadastros oficiais e que, apesar de seu grande esforço, não logra sair de sua precária situação econômica. Pelo fato de abarcar atividades econômicas tão diferenciadas (trabalho assalariado sem carteira de trabalho, trabalho a domicílio, pequeno comércio, produção de subsistência incluindo o trabalho doméstico das mulheres e outras), e, pelo fato de serem grandes as divergências quanto a sua relação com a economia formal, devido suas fluídas fronteiras, o conceito até hoje não logrou firmar-se como uma categoria analítica. Não passa de uma categoria descritiva. As linhas demarcatórias do que vem a ser o setor informal são dadas não pelo estatuto teórico alcançado por esse conceito mas pelos dados estatísticos disponíveis sobre tais atividades captados mediante levantamentos clássicos, concebidos para captar dados da economia formal. Assim sendo, as informações que dispomos sobre o mercado informal são pouco precisas.

Há, porém, formas indiretas e aproximadas de se apreender a questão relativa à parcela não formalizada do mercado de trabalho através da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD). Contudo, com relação às mulheres, os conceitos e procedimentos metodológicos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho informal de alguma forma ocultam a contribuição feminina. A definição de trabalho expressa, por exemplo, na pergunta «você trabalha?» normalmente supõe trabalho remunerado. Tratando-se, no entanto, de relações de produção nas quais essa distinção nem sempre é possível, como no caso das pequenas empresas familiares, do pequeno comércio e da agricultura familiar, os dados levantados podem não revelar a real situação. A falta de um instrumental analítico, conceitual e estatístico produz uma subestimação do trabalho remunerado feminino nos setores nos quais predominam as pequenas empresas familiares. Isso impede a quantificação segura da real participação das mulheres em atividades remuneradas e conduz a dados não confiáveis. O erro metodológico se deve primordialmente ao conceito de trabalho e produção orientados ao mercado. Muitas das atividades de subsistência e de geração de renda, nas estatísticas são tidas como tra-

balhos caseiros e não como trabalhos produtivos. Assim sendo, o trabalho de dona-de-casa, desempenhado pela maioria das mulheres em idade adulta, é contabilizado nas coletas como «inatividade econômica». No setor agrícola e em muitas das atividades informais da zona urbana, sempre que não ocorre uma nítida separação entre as tarefas domésticas e as atividades econômicas, a mulher provavelmente será classificada como «inativa».

## 2. Participação Feminina no Mercado de Trabalho

O crescimento da participação feminina, no mercado de trabalho brasileiro, tanto das mulheres das camadas de baixa renda como das de média, foi uma das mais marcantes transformações sociais ocorridas no Brasil desde os anos setenta, que não mostra qualquer tendência a retroceder, apesar das sucessivas crises que têm assolado o País a partir da década de oitenta. Entre 1970 e 1990, a mão de obra feminina cresceu 180% enquanto que a masculina o fez em 71% (Flacso 1993: 18). Em 1996, a mão de obra feminina representava 40,1% dos trabalhos urbanos e 36% dos trabalhos rurais (ONU/CNDM 1996: 313).

Entre os fatores que explicam o crescimento e a persistência dos níveis de participação feminina nas atividades econômicas, podem ser mencionados: a necessidade econômica, que se intensificou com a deterioração dos salários reais (o que obrigou as mulheres a buscarem uma complementação para a renda familiar); as transformações nos padrões de comportamento e nos valores relativos ao papel social da mulher; a mudança nos padrões de consumo que, face à proliferação de novos produtos e a grande promoção que deles se fez, redefiniu o conceito de necessidade econômica, tanto das famílias de classe média, como das famílias de renda mais baixa, entre as quais, embora a sobrevivência seja a questão crucial, passa a haver também um anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo; a queda da fecundidade, reduzindo o número de filhos por mulher de 4,7 em 1970 para 2,7 em 1990 (FLACSO 1993: 15), liberando as mulheres para o trabalho fora do lar; a expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades; o aumento considerável de lares chefiados por mulheres, que hoje chega a 25% dos lares brasileiros (FLACSO 1993: 21) e a ampliação do setor terciário da economia, que, entre 1981 e 1990 se expande de 46% a 54%, onde a força de trabalho feminina representava 48% em 1990 (IPEA 1998).

Um exame desagregado das ocupações, mostra que, apesar dos deslocamentos ocorridos desde a década de 70, as mulheres que ingressam na

força de trabalho continuam a fazê-lo em áreas tipicamente femininas: empregadas domésticas, lavadoras e operárias para as menos instruídas, secretárias e balconistas para as que têm nível médio de instrução, professoras ou enfermeiras para as que têm alcançado escolaridade mais elevada. (ONU/CDNM 1996: 313). Em 1996, metade das mulheres trabalhava em ocupações que empregam menos de 5% da mão-de-obra masculina e mais de 50% das mulheres empregadas no setor formal situavam-se em 16 ocupações. Dentre as ocupações que se sobressaem com mais de 80% de concentração feminina destacam-se a costura com 94%, o magistério de primeiro grau com 90%, a enfermagem com 84%, e a recepção com 81% (PNUD 1996: 33). Estas ocupações se apresentam como verdadeiros guetos femininos, com reduzido poder de barganha tanto para elevar os salários, como para aumentar o prestígio das ocupações. Apesar de pouco precisas as informações sobre a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras no setor informal, a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) mostra que a mão de obra feminina empregada no setor informal urbano era de 52,75% em 1990. Tal como no setor formal, também aqui sua participação cresceu, quando comparada aos anos anteriores, pois, em 1985, representava apenas 47,98% do total da mão-de-obra empregada no setor informal urbano (IPEA 1998).

Dentre as atividades informais desempenhadas por mulheres, cabe ressaltar o trabalho doméstico remunerado, perfazendo em 1990, 92% do total de trabalhadores domésticos (PNUD 1996: 33).

A grande participação de mulheres no setor informal da economia brasileira não significa, no entanto, que suas chances de crescimento profissional sejam maiores do que no setor formal, apenas um número extremamente reduzido de mulheres consegue montar uma pequena empresa lucrativa; a maioria das mulheres trabalha para sobreviver.

### 3. A Economia de Sobrevivência das Mulheres

As quatro situações apresentadas a seguir, dão uma pequena idéia do perfil das mulheres da chamada economia de subsistência.

Dina, a costureira. Ela mal sabe ler e escrever, pois estudou apenas 4 anos em escola. Há 15 anos em Brasília, vinda do Ceará, costura para mulheres da classe média da cidade. Trabalha em sua própria casa, mas acerta as costuras nas casas de suas clientes. Costura com uma máquina Singer de uso doméstico, que conseguiu comprar com o esforço do seu trabalho, sempre e quando os afazeres do lar e o cuidado das crianças lhe permitem. Muitas vezes é auxiliada pela filha mais velha tanto nas ativi-

dades da casa como nas de costura. Seu capital é reduzido e, devido a sua baixa produtividade, ela trabalha até altas horas da noite. Trabalha sem pagar imposto. Não tem seguro saúde e não goza de direitos trabalhistas. Domingos e feriados são para Dina dias de trabalho e férias um sonho inatingível.

Sônia, a diarista e fabricante de sabão, há alguns meses teve que deixar de trabalhar como empregada doméstica, pois, com o nascimento de seu segundo filho, está encontrando dificuldade de cuidar das duas crianças. Como não tem recursos para pagar uma creche, acionou os ativos sociais da comunidade. Paga a uma vizinha um preço simbólico para cuidar das crianças, duas vezes por semana, enquanto ela trabalha como diarista numa casa de família. Nos outros dias da semana ela fabrica sabão em sua casa, usando como ingrediente básico óleo de cozinha que recolhe em lanchonetes da região, vendendo o produto no mercado local. O que ganha mensalmente com seu trabalho não chega a um salário mínimo.

Ana, a doméstica diarista, trabalha de segunda a sábado em várias casas de família. Não possui carteira assinada, portanto não goza dos direitos trabalhistas. Tem três filhos pequenos e é uma das milhares de mulheres brasileiras «chefes de domicílio». Entra às 8 horas e sai às 17 horas do serviço. Pega dois ônibus para chegar em casa. Ao descer do ônibus, passa pelo supermercado para comprar o rancho do dia seguinte. Quando chega em casa, já são 19 horas. Começa então o segundo turno: cuidar da roupa, arrumar a casa e preparar o almoço das três crianças para o dia seguinte. Quando um filho adoece é ela quem se encarrega de levá-lo ao médico e de cuidar dele. Já perdeu vários empregos devido às ausências por enfermidades na família. Como é analfabeta e seu tempo livre inexistente, não tem a mínima esperança de poder mudar de vida.

Teresa, a trabalhadora à domicílio, não conseguiu realizar seu sonho de trabalhar, com carteira assinada, numa fábrica de sapatos de Novo Hamburgo, na qual seus pais trabalharam durante longos anos. A fábrica fechou suas portas para um trabalho «regular». Resolveu terceirizar sua produção e distribuir trabalho para mulheres dos municípios vizinhos. Hoje, Teresa trabalha para a fábrica na qual sempre sonhou trabalhar, mas como autônoma. Recebe a matéria-prima (couro e outros materiais), em concessão, mas arca com os gastos para a compra dos instrumentos de trabalho. Teresa trabalha como inúmeras outras mulheres da vizinhança: seu capital é reduzido, sua produtividade baixa e paga as passagens quando busca e leva material para a fábrica, não goza dos direitos trabalhistas e arca com todas as despesas para com a saúde. Ganha me-

nos do que um salário mínimo por mês. O que sustenta a alimentação de sua família é a pequena horta e a pequena roça que mantem com os filhos e o marido.

Estes, são exemplos de mulheres que trabalham no setor informal urbano. Como em seu caso, e milhares de outras, o que caracteriza essas mulheres é tanto a sua pobreza e falta de perspectivas quanto a busca criativa de atividades as mais diversas. Seu campo de trabalho é bastante amplo e diversificado: executam trabalho à domicílio (trabalho atrelado a alguma fábrica), são costureiras, artesãs, vendedoras ambulantes, feirantes, catadoras de lixo, manicuras, banqueteiras, empregadas domésticas e outros. Não raro, como mostram os exemplos acima, essas mulheres valem-se da ajuda dos filhos. Em 1990, 3 milhões de crianças e 4,6 milhões de adolescentes trabalhavam para o seu sustento e o de suas famílias. Tais números correspondem a 50% da população de adolescentes entre 15 e 17 anos e a 17% da população de crianças entre 10 e 14 anos. A ocupação de empregada doméstica ocupa no País quase 35% das meninas de 10 a 17 anos, com um salário médio de 0,6 salários mínimos. No Nordeste urbano, o emprego doméstico ocupa mais da metade da população de meninas trabalhadoras: 57% entre as crianças de 10 a 14 anos e 52% das adolescentes (PNUD 1996: 30).

#### 4. Características Estruturais da Economia de Sobrevivência das Mulheres

Como já frisamos anteriormente, apenas um número extremamente reduzido de mulheres consegue montar uma pequena empresa lucrativa. A maioria das mulheres trabalha para sobreviver e reduzidas são suas chances para romper com o ciclo da sobrevivência.

Suas atividades são determinadas por algumas características estruturais, comuns à maioria das mulheres que trabalha no setor informal urbano, as quais dificultam um crescimento profissional e conseqüentemente uma maior renda, tais como:

- *Reduzido capital.* As auto-empregadas trabalham com um capital de giro deveras reduzido. Como não têm dinheiro para fazer estoques, ela compram as matérias-primas em pequenas proporções, à prestação e, não raro, utilizam fontes informais de crédito, cujos juros são bem mais altos do que empréstimos de um banco. Quando conseguem a matéria prima de maneira gratuita, como no caso de Sônia, que produz sabão com óleo usado, ou no caso daquelas que acessam suas

matérias primas no lixo ou na natureza, é preciso contabilizar a quantidade de tempo necessário para tal acesso.

- *Baixo nível de escolaridade e preparo profissional.* Boa parte das mulheres neste setor é analfabeta ou semi-alfabetizada. Isso reduz seu potencial de ação e as obriga a concentrar suas atividades em um número muito reduzido de atividades. Além disso, a grande maioria não possui um preparo profissional para o exercício de profissões que exerce e reduzidas são as suas chances de acesso a um curso profissionalizante específico. Grande parte dessas mulheres, acaba montando o seu negócio com base em conhecimentos adquiridos empiricamente, que por mais rico que possa ser, oculta muitas vezes grandes riscos de saúde por desconhecerem os efeitos de manuseio de certos produtos.
- *Pouca credibilidade.* A maioria não possui bens registrados em seu nome. Como não possuem bens que possam dar em garantia, são excluídas de oportunidades que exigem algum tipo de garantia.
- *Mercados reduzidos.* Pelo fato de se restringirem a atividades que requeiram pouca instrução, pouco conhecimento profissional, pouco capital e poucas garantias, os seus produtos são destinados a mercados bem reduzidos, instáveis, e cujas leis desconhecem.
- *Baixa produtividade e baixos rendimentos monetários.* Considerando as características já apontadas, e o fato de trabalharem sozinhas ou com poucos empregados, não é de se estranhar que seu trabalho apresente baixa produtividade e baixo rendimento. De uma maneira geral, suas atividades são pouco constantes e pouco promissoras.
- *Altos riscos.* A falta de proteção trabalhista, por não terem carteira assinada ou firma registrada, as leva a terem que trabalhar sob condições de extrema dependência. Quando trabalham como empregadas domésticas sem carteira assinada, p. ex., estão na eminência de perderem o emprego a qualquer hora do dia. Se trabalham como trabalhadoras a domicílio ganham por peça e, via de regra, arcam com todos os riscos empresariais. Ao trabalharem por conta própria, como comerciantes, ou como produtoras, contam com ganhos financeiros irregulares e com o lucro de seu trabalho normalmente não conseguem suprir as necessidades básicas diárias.
- *Reduzido raio de ação.* Dada a falta de pré-condições para montarem um negócio estável, suas chances de investimento e expansão passam a ser deveras limitadas. Além do reduzido acesso aos recursos necessários para progredir profissionalmente, grande parte das mulheres não pode ou não está acostumada a decidir por si mesma. Sua liber-

dade de ação é restringida tanto por questões de ordem financeira como por questões culturais e ou jurídicas.

- *Complementaridade da renda.* Tais mulheres são tidas como provedoras de renda secundária. Apesar da significativa contribuição à renda das famílias, sobretudo das mais pobres, a renda gerada pelas mulheres geralmente é vista como complementar à do homem, chefe de família, mesmo que não haja nenhum chefe de família homem ou que este esteja desempregado ou impossibilitado de exercer uma profissão. Este viés cultural se traduz em graves conseqüências para as mulheres, pois, visto sob essa ótica, elas não precisam ganhar tanto quanto ou mais que os homens, e isso se reflete nos modelos de geração de renda colocados em prática pelas políticas de desenvolvimento.
- *Dupla e trípla jornada de trabalho.* O trabalho produtivo da maioria das mulheres adultas, deve ser, necessariamente, conciliado com a sua boa reputação como mãe e dona de casa, já que os homens não costumam transitar na esfera doméstica. O fenômeno da dupla jornada ocorre como decorrência dessa crença e o trabalho informal apresenta-se a elas como forma de conciliar os diferentes papéis a elas atribuídos. Tratando-se de mulheres das classes populares, é preciso lembrar o trabalho comunitário, sua tríplice jornada. Este abarca as atividades de eventos e serviços sociais, melhorias do bairro, clube de mães, refeitórios populares, reuniões religiosas, festas etc. Trata-se de uma extensão do trabalho reprodutivo exercido no lar. Essas atividades são exercidas pelas mulheres em seu «tempo livre», geralmente com outras mulheres, em grupos informais. Tratando-se de um trabalho «voluntário» e não remunerado, é oferecido gratuitamente à comunidade.

O conjunto de tais características acaba por impedir a ocorrência de oportunidades que rompam as circunstâncias de vida dessas trabalhadoras para que possam se firmar no mercado de trabalho de forma capaz de sustentar a si próprias e suas famílias.

## 5. Estratégias de Ação

Dina, Ana, Sônia e Teresa, as quatro mulheres às quais nos referimos, são exemplares para a grande maioria das mulheres dos setores populares empregadas no mercado informal urbano. Para garantir a sua sobrevivência e a de suas famílias, boa parte dessas mulheres faz de tudo um pouco, combinando formas diversificadas de ganhos financeiros. Assim sendo, combinam muitas vezes o trabalho de diaristas em casas de famí-



lia com o de artesãs em suas próprias casas, o trabalho de vendedoras ambulantes ou feirantes de produtos próprios ou comprados, o trabalho de costureira numa pequena empresa e o de costureira em sua própria casa.

Pelo fato de não estarem protegidas pelas leis trabalhistas, e ser reduzido o seu acesso a recursos e instituições públicas, essas mulheres acabam por desenvolver uma série de ativos sociais, ou seja, redes sociais e contratos implícitos. Esses ativos sociais estão constituídos por todos os ingressos, bens e serviços aos quais podem ter acesso através de seus vínculos sociais. Estes podem ser vínculos com membros da unidade doméstica, parentes, vizinhos, amigos, companheiros de trabalho, patrões ou clientes. Todos esses vínculos incluem relações de intercâmbio e reciprocidade. Os intercâmbios podem compreender ou não as mesmas classes de bens e valores. Esses vínculos, em termos de intercâmbio podem não ser equitativos (como p. ex. a relação entre patrão-cliente), mas a existência do vínculo representa uma demanda que elas podem antepor a outra num momento de necessidade. Os ativos sociais podem ser acionados tanto para resolver questões de ordem monetária, empregatícia ou para a satisfação das necessidades práticas decorrentes de sua condição de mulher.

As redes sociais urbanas são tidas como um elemento de suma importância para a sobrevivência financeira e social dessas mulheres, suas famílias e seus bairros, uma vez que são atividades desenvolvidas não somente para a satisfação de necessidades individuais senão também comunitárias. Sob este ponto de vista, as redes sociais urbanas passam a ser um elemento de grande importância não somente para as mulheres como para a sobrevivência dos pobres urbanos em geral, pois contribuem para amenizar a pobreza, na medida em que permitem acessar recursos indispensáveis em momentos de emergência ou de perda bem como para projetar uma melhoria.

Para os mais pobres, que provavelmente nunca tiveram um real no banco, as redes sociais e os ativos nelas desenvolvidos são uma maneira alternativa de investir recursos em um «banco social». Uma rede social vasta e consistente pode ser crucial para obter uma ajuda de emergência, um aviso de emprego, assistência ao cuidado dos filhos, aluguel mais barato, insumos a preços mais convenientes para uma micro-empresa e alimentos básicos quando há escassez. (Anderson 1994: 25). Aqui travam-se os chamados contratos implícitos que representam as possibilidades de se obter assistência de outras pessoas em momentos de necessidade.

Uma observação mais acurada sobre os contratos implícitos realizados pelas mulheres nos levam à constatação de que homens e mulheres possuem carteiras diferenciadas de ativos sociais devido a jornada tríplice das mulheres. A grande maioria das mulheres participa de contratos implícitos que cobrem necessidades específicas de sua condição de mulher, enquanto mãe, esposa e filha e são feitos com membros da família ou da comunidade.

Um exemplo de contrato implícito é aquele que as mulheres travam com as filhas, as irmãs e as mães em relação ao trabalho doméstico e ao cuidado com as crianças, este absorvente trabalho, mormente atribuído exclusivamente às mulheres.

Outro exemplo é o contrato que as mulheres efetuam com os homens adultos (esposos e companheiros) que são os beneficiários das atividades domésticas por elas desenvolvidas. Este contrato compreende o trabalho doméstico não remunerado das mulheres no lar e o cuidado dos filhos, em contrapartida ao apoio econômico dos maridos ou companheiros.

Um terceiro tipo de contrato implícito é o que se trava entre a mãe e o pai de uma criança. Aqui espera-se que o homem brinde à mulher apoio econômico durante a gravidez e durante a etapa do cuidado intensivo com o bebê e os filhos pequenos, quando resulta praticamente impossível trabalhar para a obtenção de um salário.

Boa parte dos contratos implícitos vão além da esfera familiar abrangendo vizinhas e toda sorte de serviços de cooperação entre os assentamentos urbanos precários e de escassos serviços. Na solução de necessidades práticas da comunidade, as mulheres são conhecidas por seu trabalho eficaz. Nenhum planejamento se faz sem contar com o apoio das mesmas. São elas as verdadeiras executoras das políticas traçadas pelos homens da comunidade. Sua contribuição é vital para o desenvolvimento de uma comunidade, de um bairro, contudo, por se tratar de um trabalho voluntário não remunerado, é tido como uma extensão do seu trabalho doméstico e, portanto, invisível para as estatísticas oficiais que somente registram o trabalho remunerado.

Toda essa gama de estratégias que as mulheres do setor informal desenvolvem para a sua sobrevivência tem servido para amenizar os bolsões de pobreza e as inquietudes sociais. Revelam que a busca pela segurança é prioritária à maximização da renda. Para essas mulheres, a «segurança não é algo dado estruturalmente pelas instituições públicas, cooperativas ou corporativas mas é o objetivo primeiro e sempre presente em suas estratégias de ação» (Elwert/Evers/Wilkens 1983: 284). Asse-

gurar o seu sustento e a sobrevivência de suas famílias é prioridade absoluta. É por isso que os ativos sociais e os contratos implícitos que elas travam com atores sociais os mais diversos são parte importante das estratégias desenvolvidas, criadas e recriadas a cada dia. São um «banco social» em permanente movimento.

Entre as mais diversas estratégias de sobrevivência das mulheres urbanas pobres é preciso lembrar ainda as chamadas estratégias de risco tais como a prostituição esporádica, o trabalho infantil, a mendicância ou o comércio de drogas. O número de meninas e jovens mulheres que buscam sobreviver mediante a prostituição ou a venda de drogas tem aumentado muito nos últimos anos.

## 6. Políticas de Emprego Voltadas às Mulheres: Projetos de Geração de Renda

No início dos anos setenta, ao se vislumbrar o quão incapaz se apresentava o processo de modernização dos países subdesenvolvidos, no sentido de conter o desenfreado crescimento da economia de subsistência e da economia informal que cresceram mais rápidos que a economia formal, apresentando uma dimensão social do desenvolvimento com inúmeras distorções, a política de desenvolvimento se deparou com um fenômeno novo para o qual foi preciso buscar uma solução. O tão esperado efeito «trickle-down» não ocorreu e o processo de pauperização tanto na área urbana quanto rural cresceu desmesuradamente.

Frente a esse quadro, o Banco Mundial propagou a necessidade de se incorporar as mulheres ao mercado de trabalho dos países em desenvolvimento. Essa propagação se fez mediante a alegação de que se tratava de um potencial de desenvolvimento inativo, de um recurso de desenvolvimento subaproveitado (Worldbank 1976), legitimando dessa forma a necessidade de incorporar as mulheres aos ciclos econômicos formais de seus países. Não é, pois, de se estranhar que a decisão tomada pelas Nações Unidas (1972) de organizar a primeira Conferência Mundial da Mulher (México 1975) e de proclamar o Ano internacional da Mulher (1975) tenha sido influenciada por essa ótica. De fato, a Primeira Conferência Mundial das Mulheres assenta sua pauta de discussão nos resultados de estudos guiados pelo pensamento da época, que mostram o quanto a modernização da economia tem a ganhar com a inclusão das mulheres no mercado de trabalho. O Plano Mundial de Ação para a Década da Mulher (1976-1985) aprovado nesta Conferência ao reconhecer a necessidade dessa integração, convocou todas as organizações das Nações

Unidas, os Governos bem como as Agências de Cooperação a promoverem essa participação.

O enfoque «Mulher e Desenvolvimento» (MED), também conhecido como «enfoque integrativo», foi primeiramente adotado pela United States Agency for International Development (USAID) e pelo Banco Mundial, passando em seguida a ser adotado pelas Agências de Cooperação e pelos mais diversos organismos internacionais (Wichterich 1987). Um dos seus principais instrumentos são os projetos de geração de renda, tendo por grupo-alvo as mulheres das áreas rurais e do setor informal urbano, pelo fato de perfazerem a maior parte da população pobre, serem responsáveis pelo atendimento aos membros familiares e por serem vistas como um recurso devoluto, ou seja, um potencial até então pouco utilizado para o desenvolvimento (Worldbank 1976).

O que se entende por projetos de geração de renda? São projetos voltados às mulheres na qualidade de produtoras, visando a geração de uma renda própria com o objetivo de melhorar o orçamento familiar. Geralmente direcionam-se a um coletivo de mulheres e não a mulheres em particular. Vinculam as mulheres como produtoras e quase sempre em atividades de extensão às suas «obrigações» domésticas. Na maioria dos casos, os trabalhos são executados nas próprias casas. Exemplos típicos de tais projetos são as pequenas confecções, as pequenas fábricas de doces / geléias, de adornos, de artesanato, ou a criação de galinhas, porcos e outros animais de pequeno porte. Tais projetos prevêm a capacitação para organizar e dirigir uma pequena empresa, bem como, assistência técnica e acesso ao crédito.

Pelo fato de apoiarem as mulheres em sua qualidade de empresárias, tais projetos se apresentam como alternativa para os tão criticados projetos do enfoque de bem estar, de corte assistencialista e tradicional por assistirem as mulheres apenas na qualidade de mães e boas donas de casa, (Küchemann 1996). Para os planejadores, investir em projetos de geração de renda para as mulheres passa a ser uma medida progressista e uma alternativa adequada para melhorar a situação econômica da família e elevar o status das mulheres. Isso porque: a) devido a sua produção para o mercado, a contribuição econômica das mulheres vai além da esfera do trabalho doméstico e de subsistência, tornando-se uma produção social «visível»; b) sendo conhecido o fato de que as mulheres empregam a sua renda primeiramente para satisfazer às necessidades básicas da família e apenas secundariamente para satisfazer a suas necessidades pessoais (Küchemann 1991; Spindel 1982), espera-se assim uma contribuição direta e imediata para a melhoria do nível de vida da população

pobre; c) espera-se que a renda pessoal venha a contribuir para fortalecer sua posição dentro da família, sobretudo em relação ao companheiro ou esposo e d), sendo o projeto dirigido não às mulheres individualmente senão a um grupo ou coletivo de mulheres, espera-se poder elevar o prestígio desse grupo de mulheres no interior da comunidade rural ou do bairro urbano em que atuam e vivem.

Passados mais de 20 anos, pode-se dizer que grande parte dos projetos desenvolvidos dentro da ótica modernizante de integração ao mercado não alcançou os objetivos visados. A experiência tem mostrado que a integração das mulheres ao setor moderno da economia se fez acompanhada de uma série de efeitos negativos como p.ex. o da auto-exploração e marginalização aos setores mais dinâmicos.

Os aspectos mais criticados são os seguintes:

- Não consideram da carga horária diária das mulheres, considerada em inúmeros estudos e pesquisas como alta e superior à carga horária masculina (a média varia entre 14 a 18 horas para as mulheres de baixa renda). Assim sendo, toda e qualquer atividade adicional representa para a mulher uma sobrecarga que deve ser compensada por medidas suplementares afim de se evitar que uma estafa generalizada. (Küchemann 1991; Arriagada 1991);
- Não possibilitam uma renda regular e segura para as mulheres. Quando muito, o que aconteceu foi um repasse de parte de suas obrigações domésticas da esfera de subsistência não remunerada ao setor monetário, sem que isso representasse para elas uma contribuição econômica significativa;
- São projetos que visam apenas a geração de uma renda marginal, complementar à renda do companheiro ou esposo. Partem do pressuposto de que o provedor da família é o homem, cabendo a ele trabalhar e produzir o necessário para garantir o bem estar da unidade familiar. Como esposa ou companheira, toda a renda gerada pela mulher nada mais pode ser do que um complemento à renda masculina, tida como principal. Uma agravante dessa visão androcêntrica é o desconhecimento de que, mundialmente, aproximadamente 1/3 dos domicílios são chefiados por mulheres (Buvenic/Youssef 1978). No Brasil as estatísticas oficiais revelam que 25% dos lares são chefiados por mulheres, encontrando-se os mesmos entre os mais pobres (FLACSO 1993: 21; Anderson 1994: 35);
- Trata-se de projetos mal planejados. Concebidos geralmente como projetos específicos para mulheres ou como componentes de um

projeto maior no qual os homens participam e decidem, passam a ter uma importância secundária. Como não se lhes dá a devida atenção profissional não é de se estranhar que tais projetos mormente não logrem a produtividade e a rentabilidade a torná-las economicamente independentes e para que possam ter uma relação de trabalho regular e estável. O máximo que se tem conseguido é empregar as mulheres por um tempo limitado, numa relação de trabalho não formal e com uma renda baixa e apenas complementar ao do provedor da família (Friebe 1988; Arriagada 1991).

Pode-se dizer que a grande maioria dos projetos de geração de renda para mulheres têm sido pouco eficientes em relação à autonomia econômica, contudo, eficientes para perpetuar os tradicionais papéis da mulher na sociedade. Suas bases ideológicas e conceituais devem ser totalmente revistas, porque:

- Visam a integração das mulheres ao mercado de trabalho, sem focalizar as causas da distribuição desigual de recursos;
- Priorizam apenas os aspectos materiais, sem questionar as relações de poder e dominação;
- Não abrem espaço e não criam condições para uma real possibilidade dessas mulheres decidirem como produtoras autônomas de um projeto auto-elaborado.

Assim sendo, as mulheres continuam a participar em projetos de outros ao invés de elaborarem seus próprios projetos, impedindo dessa maneira o desencadeamento de um processo emancipatório. É preciso ir bem mais além e trabalhar com elas enquanto sujeitos auto-determinados e com interesses próprios, levando-se em consideração seus interesses tanto práticos como estratégicos (Moulineux 1985; Moser 1991).

Não nos parece falso concluir que o enfoque MED pretendeu recrutar as mulheres como mero recurso para o desenvolvimento econômico ao invés de investir num processo emancipatório. Por um lado, para as mulheres foram concebidos projetos produtivos de curto alcance e de renda marginal e, por outro, foram dados incentivos para que entrassem nos setores mais eficientes da economia nos quais, no entanto, os salários são mais baixos. Os dados comprovam que as mulheres brasileiras ao saírem de casa para se empregarem no setor moderno, conseguiram empregos em setores da economia tidos como tipicamente femininos, conhecidos pelas más condições de trabalho, baixos salários e com pou-

cas chances de barganha. A segmentação ocupacional no mercado de trabalho brasileiro continua marcante.

## 7. Crítica Feminista aos Programas de Ajuste Estrutural e à Globalização

Desde meados dos anos 80 inicia-se uma acirrada crítica aos programas de ajuste estrutural e mais recentemente à globalização. A crítica exercida pelas feministas, tanto do terceiro como do primeiro mundo, abrange um leque que vai desde a negação e o repúdio aos programas de ajuste estrutural e à globalização até a tentativa de reformá-los através da perspectiva das mulheres.

O primeiro posicionamento sistemático de repúdio foi o de DAWN (Development Alternatives with Women for a New Era), largamente discutido na III Conferência Mundial das Mulheres (Nairobi 1985). Na ocasião, DAWN empolgou grande parte das representantes ali presentes pela brilhante análise feita. Em vários documentos durante e depois da referida Conferência, DAWN critica o atual paradigma de desenvolvimento que confunde crescimento com bem-estar e mostra como a crise da dívida externa, da segurança alimentar, da lenha, dos mananciais e da segurança das condições de vida aumenta dia a dia. Para DAWN, a atual globalização se faz acompanhar de velhos e novos elementos que agudizam a já precária situação mundial: insegurança política, aumento da pobreza, degradação do meio ambiente, instabilidade devido a globalização do mercado e do sistema financeiro internacional. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional são apontados como os precursores e principais responsáveis por essa situação. A globalização não conduz a outra coisa senão a uma crescente desigualdade e crescente diferenciação de gênero no mercado de trabalho. O mercado global não traz benefícios para as mulheres, pois assenta suas bases na dupla e tripla jornada das mesmas, ou seja, no não reconhecimento do seu trabalho. Além de serem mal pagas e exploradas sofrem todo tipo de discriminação que impede o seu desenvolvimento enquanto seres humanos. A fim de se combater as forças negativas provenientes da globalização, é preciso transformar os Estados e fortalecer as instituições da sociedade civil (Sem/Grown 1988; DAWN 1995).

Na década de noventa surge uma posição mais radical à de DAWN, encabeçada pelas ecofeministas. Vandana Shiva, uma de suas maiores expoentes (Shiva, 1989; 1996), define a globalização como um processo que acentua as diferenças entre ricos e pobres. Para ela, globalização é

sinônimo de «apartheid global». Shiva distingue entre aqueles que fazem parte da economia globalizada e aqueles que passam a ser excluídos devido à destruição das condições locais de sobrevivência. Segundo a referida autora, não é possível haver justiça entre os sexos num mundo de apartheid global, já que nele as estruturas políticas e sociais que protegem os pobres passam a ser destruídas pelo fato de bloquearem o livre mercado ou por serem ineficientes para a lógica econômica da maximização dos lucros (Shiva, 1996: 78). É preciso criar novas estruturas. Estruturas que priorizam um desenvolvimento auto-sustentado compatível com o meio ambiente e a equidade entre os sexos (Shiva 1996: 85).

De maneira geral, as críticas feitas pelas sociólogas e pelas economistas feministas aos programas de ajuste estrutural são severas, contudo há aquelas que propõem reformas e alternativas que «feminizem» os ajustes estruturais e a política de desenvolvimento. Diane Elson, por exemplo, aprova o empenho do Banco Mundial em introduzir a ótica de gênero em seus programas, mas critica o atual enfoque. Segundo ela, o reduzido e diferenciado acesso das mulheres aos recursos e às instâncias decisórias não são suficientemente tematizados e a reprodução social é totalmente desprezada nos estudos e trabalhos do Banco Mundial. Ela não se opõe aos programas de ajustes estruturais, mas considera que estes não devem se preocupar apenas com o deslocamento da força de trabalho feminina para a produção de mercado, senão que devem investir também na reprodução social (Elson 1995).

Já Ingrid Palmer, preocupada sobretudo com as conseqüências decorrentes dos cortes que os governos fazem em áreas que mais afetam as mulheres, critica veemente a perspectiva conservadora de gênero dos referidos programas. Para a referida especialista, as distorções específicas de gênero nos mercados e o deslocamento da contribuição feminina para áreas de menor produtividade e de menor poder de barganha salarial trazem consigo conseqüências graves para a economia como um todo. Sugere um sistema de impostos e de despesas diferenciados por sexo a fim de que o mercado de trabalho possa se tornar equilibrado e para que o crescimento econômico possa se tornar sustentado e equitativo. Propaga como nova teoria de crescimento o «growth with gender equity», ou seja, um crescimento econômico que contemple equitativamente ambos os sexos, visando efeitos duradouros tanto sobre os recursos humanos como sobre a infra-estrutura (Palmer 1995; 1996).

Elson e McGee (1995), por sua vez, opinam que a economia deve ser vista como uma «estrutura genereizada», ou seja, uma estrutura da qual gênero é parte constitutiva. Para essas autoras, é preciso desenvolver



estratégias políticas que indiquem como se deve proceder para que a ótica de gênero possa se impor, tanto na formulação das políticas como no processo de implementação das mesmas. Nessa linha de pensamento, Mac Donald (1994) indica a necessidade de um debate público sobre política econômica do qual devam participar não apenas os especialistas no assunto, mas a sociedade civil organizada. Ela reconhece as consequências negativas que os ajustes estruturais e a liberalização dos mercados estão tendo sobre as mulheres, mas as aponta de maneira mais abrangente e menos pontual. Seu esforço é no sentido de fazer ultrapassar a barreira criada entre as análises específicas de gênero e a macroeconomia, abrindo, dessa maneira, espaço para um avanço teórico sobre a construção de uma sociedade civil portadora de novas visões sociais e de novas relações de gênero, bem como, de novos espaços de ação para as mulheres.

As sugestões feitas por DAWN na Cúpula Social, em 1995, em Copenhague, vai ao encontro da proposta de Mac Donald. Para DAWN, a política econômica deveria considerar três estratégias: primeiro, exigir do Estado que atue em prol da maioria; segundo, exigir do mercado uma maior responsabilidade social, e terceiro, exigir das Instituições um fortalecimento da sociedade civil. Segundo DAWN, a superação da pobreza e a diminuição das desigualdades sociais dependem de uma reestruturação na alocação de recursos, como por exemplo: redução dos gastos militares, proibição de transações financeiras especulativas, abolição da dívida externa e sistemas de arrecadação mais equilibrados. Além disso, faz-se necessário que em nível mundial haja uma reorientação das instituições políticas em relação às necessidades e interesses dos pobres, sobretudo das mulheres (DAWN 1995).

Gudrun Lachenmann (1997), por sua vez, pondera a necessidade de uma análise sociológica e um debate político em nível médio, tendo como base conceitual o que ela denomina de economia feminina. Por economia feminina a autora entende as relações econômicas que vão além do nível da economia doméstica, ou seja, estruturas de cooperação e de alianças que visem o acesso coletivo aos recursos e sobretudo à organização social do mercado. Sob essa ótica, poder-se-ia contemplar de uma maneira mais diferenciada as vantagens do mercado mundial, e poder-se-ia resgatar o fato de que em alguns países as mulheres sempre participaram ativamente do mercado.

A autora propõe uma outra maneira de se avaliar o trabalho reprodutivo e de subsistência das mulheres. Em vez de considerá-los como entrave ao seu desenvolvimento, como o fazem inúmeras outras femi-

nistas, ela propõe uma apreciação entrelaçada desses dois setores com os demais setores da economia, já que segundo a autora, a empresa feminina não se move no mercado de uma maneira autônoma, senão complementar à produção de subsistência e ao trabalho reprodutivo. Querer negar este entrelaçamento é desconhecer por completo o verdadeiro caráter da economia feminina. Assim sendo, todo e qualquer planejamento deveria ser relacional e dinâmico entrelaçando a produção de subsistência com o trabalho reprodutivo e a economia de mercado. Sob essa ótica os espaços e as atividades econômicas especificamente femininas poderiam ser vistas não como entraves ao desenvolvimento humano das mulheres, mas como espaços de ação que possibilitam modificações na configuração dos atuais espaços femininos abrindo assim caminho a novas possibilidades de ação (Lachenmann 1997: 37).

A proposta analítica de Lachenmann em absoluto tenta obscurecer a real contribuição feminina à economia. Ao contrário, mediante a análise relacional dos setores nos quais as mulheres assumem as responsabilidades a elas atribuídas pela sociedade, o trabalho feminino invisível (trabalho de subsistência e reprodutivo) se torna visível e valorizado. Mas para isso é preciso integrar o trabalho feminino na análise dos temas centrais da economia. Concorda a referida autora que faltam aportes substanciais à construção de um enfoque que consiga estabelecer um elo consistente entre a produção de subsistência, o trabalho reprodutivo e o trabalho orientado ao mercado. As mulheres continuam sendo tratadas como um grupo vulnerável ao qual são endereçados programas sociais específicos de combate à pobreza, desprezando o fato de serem elas as principais responsáveis pela sobrevivência da humanidade.

Concluindo, pode-se dizer que, por mais complexa que seja a discussão em torno de alternativas econômicas viáveis para as mulheres e, por conseguinte, para a economia e a sociedade como um todo, está mais que patente, que é preciso abandonar os programas parciais que visam apenas um melhor gerenciamento das alternativas de sobrevivência. É preciso pensar em projetos e programas situados entre o micro e o macroeconômico, em projetos e programas assentados numa análise de gênero, enfim num novo paradigma que contemple equitativamente o acesso aos recursos econômicos e sociais, bem como o controle sobre esses recursos.

## Bibliografia

- ANDERSON, Jeanine (1992): *Intereses o Justicia*, Lima: Entre Mujeres.
- ANDERSON, Jeanine (1994): *La Feminización de la Pobreza en América Latina*, Lima: Red Entre Mujeres.
- ARRIAGADA, Irma (1994): «Transformaciones del trabajo femenino urbano», em: *Revista de la CEPAL* 53, 91-110.
- BRAIG, Marianne (1987): «Frauen in der internationalen Arbeitsteilung», em: Braig, Marianne / Ferdinand, Ursula / Zapata, Martha (eds.) (1997): *Begegnungen und Einmischungen. Festschrift für Renate Rott zum 60. Geburtstag*, Stuttgart: Verlag Heinz-Dieter Heinz, Akademischer Verlag Stuttgart, 109-132.
- BUVENIC, Marya / YOUSSEF, Nadia (1978): *Women-Headed households: The Ignored Factor in Development Planning*, Washington: International Center for Research on Women.
- DAWN (Development Alternatives with Women for a New Era) (1995): «Rethinking social development: DAWN's vision», em: Cagatay, Nilüfer / Elson, Diane / Grown, Caren (eds.): *Gender, Adjustment and Macroeconomics*, World Development 23(11), 2001-2004.
- ELSON, Diane (1995): «Gender Awareness in Modeling Structural Adjustment», em: Cagatay, Nilüfer / Elson, Diane / Grown, Caren (eds.) (1995): *Gender, Adjustment and Macroeconomics*, World Development 23(11), 1851-1868.
- ELSON, Diane / McGEE, R. (1995): «Gender Equity, Bilateral Program Assistance and Structural Adjustment: Policy and Procedures», em: Cagatay, Nilüfer / Elson, Diane / Grown, Caren (eds.) (1995): *Gender, Adjustment and Macroeconomics*, World Development 23(11), 1987-1994.
- ELWERT, Georg / EVERS, Hans-Dieter / WILKENS, Werner (1983): «Die Suche nach Sicherheit: Kombinierte Produktionsformen im sogenannten Informellen Sektor», em: *Zeitschrift für Soziologie* 12(4) Outubro, 281-296.
- FLACSO (1993): «Mulheres Latinoamericanas», em: *Dados, Brasil*: Santiago de Chile.
- FRIEBEN, E. (1988): «Chancen oder Ohnmacht? Reflexionen zur Frauenförderung durch einkommenschaffende und subsistenzorientierte Projekte am Beispiel der Dominikanischen Republik», em: *Peripherie* 30/31, 30-45.
- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (1998): *Atlas Regional das Desigualdades*, Rio de Janeiro: IPEA/DIPES.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid (1991): «A Trabalhadora Invisível em Busca da sua Identidade», em: TEIXEIRA, J. G. / SIQUEIRA, D. E. / PORTO, E. G.: *Tecnologia Agropecuária e a Organização dos Trabalhadores Rurais*. Brasília: Pax Editora, 128-136.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid (1993): *Konzept für die Frauenarbeit und -förderung innerhalb des Prorenda-Projektes*. Gutachtereinsatz im Auftrag der Deutschen Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), Eschborn.
- KÜCHEMANN, Berlindes Astrid / VIEZZER, Moema / ZIMMERMANN, Neusa (eds.) (1996): *Relações de Gênero no Ciclo de Projetos*, Brasília: Rede Mulher de Educação / Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit.
- LACHENMANN, Gudrun (1997): *Frauen und Globalisierung: aktuelle Entwicklung und kritische Diskurse*, Bielefeld: Universität Bielefeld (Programm Frauen in Entwicklungsländern, Working Paper, 284)

LACHENMANN, Gudrun (1998): «Strukturanpassung aus Frauensicht: Entwicklungskonzepte und Transformationsprozesse», em: Klingebiel, Ruth/ Randeria, Shalini (eds.) (1998): *Globalisierung aus Frauensicht*, Bonn: Dietz Verlag, 294-319.

MOSER, Caroline O.N. (1991): «La planificación de género en el Tercer Mundo: Enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género», em: Guzman, Virginia / Portocarrero, Patricia / Vargas, Virginia (eds.): *Género en el Desarrollo*, Lima: Flora Tristán Editores, 55-125.

MOSER, Caroline, O.N. (1993): *Gender Planning and Development: Theory, Practice & Planning*, London/New York: Routledge.

MOULINEUX, Maxine (1985): «Mobilization without emancipation? Women's interest, state and revolution in Nicaragua», em: *Feminist Studies* 11(2).

CNDM (Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, Organização das Nações Unidas) (1996): *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz.

PALMER, Ingrid (1995): «Public Finance from a Gender Perspective», em: Cagatay, Nilüfer / Elson, Diane / Grown, Caren (eds.): *Gender, Adjustment and Macroeconomics*, World Development 23(11), 1981-1986.

PALMER, Ingrid (1996): *Makroökonomie aus geschlechtsdifferenzierter Sicht. Hinweise zur Gender-Orientierung*, Eschborn: Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit, Abteilung 401.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) / IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (1996): *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil*, Brasília.

SEN, Gita / GROWN, Caren (1988): *Desenvolvimento, Crise e Visões Alternativas. Perspectivas das Mulheres do Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro: DAWN / MUDAR, Editora Espaço e Tempo.

SHIVA, Vandana (1989): *Das Geschlecht des Lebens. Frauen, Ökologie und Dritte Welt*, Berlin: Rotbuch Verlag.

SHIVA, Vandana (1996): «Beijing Conference: Gender Justice and Global Apartheid», em: Aithal, Wathsala (ed.): *Vielfalt als Stärke: Beijing 95, Texte von Frauen aus dem Süden zur vierten Weltfrauenkonferenz*, Frankfurt, 75-79.

SPINDEL, C. (1982): «Capital, Família e Mujer. La evolución de la Producción Rural de Base familiar. Un caso en Brasil», em: M. Leon (eds.): *Debate sobre la Mujer en América Latina y en el Caribe*, Bogotá: ACEP, Vol. II, 240 ss.

UN (United Nations) (1976): *World Plan of Action for the Implementation of the Objectives of the International Women's Year*, New York.

WICHTERICH, Christa (1987): «Schmerzliche Erfahrungen. Förderpläne für Frauen - Modernisierung der Ungleichheit», em: *Der Überblick* 4(87), 60-62

WICHTERICH Christa, (s.d.) «Frauenförderung der patriarchalischen Organisationen», em: *Frauen- Anstiftung*, 24-27.

WICHTERICH, Christa (1995): *Frauen der Welt. Vom Fortschritt der Ungleichheit*, Göttingen.

WORLD BANK (1976): *Integrating Women into Development*, Washington.